

COORDENAÇÃO

Bruno Galelli Chierregatti
e João de Sá Brasil Lima

AUTORES

Flávia Maira de Araújo Gonçalves,
Robson Belchior Oliveira Chaves e
Sílvia Helena de Araújo Bueno

MINIMANUAL de

HISTÓRIA

ENEM, VESTIBULARES E CONCURSOS

3^a edição

 EDITORA
RIDEEL
Quem tem Rideel tem mais.

Sobre os coordenadores

Bruno Galelli Chieregatti

Engenheiro Mecânico (2008). Mestre (2012) e Doutor (2020) em Engenharia Mecânica, na área de Energia e Fluidos, pela Escola Politécnica da USP. Professor Assistente do Instituto Mauá de Tecnologia. Pesquisador na área de energia e fluidos e bioengenharia. Atuou como professor e coordenador de curso na Nova Concursos. Autor de livros com foco em concursos públicos nas disciplinas de Matemática, Física, Raciocínio Lógico e Engenharia.

João de Sá Brasil Lima

Engenheiro Mecânico (2011), Doutor (2017) e Pós-Doutorado (2019) em Engenharia Mecânica, na área de Energia e Fluidos, pela Escola Politécnica da USP. Professor Associado, Coordenador do curso de Engenharia Mecânica e Coordenador da especialização em Energias Renováveis do Instituto Mauá de Tecnologia. Pesquisador na área de energia e fluidos e bioengenharia. Atuou como professor e coordenador de curso na Nova Concursos. Autor de livros com foco em concursos públicos nas disciplinas de Matemática, Física, Raciocínio Lógico e Engenharia.



Sobre os autores

Flávia Maíra de Araújo Gonçalves

Responsável pelas questões comentadas e pelos conteúdos de História Geral.

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (2016), instituição pela qual também é mestre (2010), bacharel (2006) e licenciada em História (2006). Autora do livro *Cadeia e correção: sistema prisional e população carcerária na cidade de São Paulo (1830-1890)*, publicado em 2013. Sua tese de doutorado *O sistema prisional no Império brasileiro: estudo sobre as províncias de São Paulo, Pernambuco e Mato Grosso (1835-1890)* recebeu menção honrosa no Prêmio História Social USP (2015-2016). Trabalhou no Museu do Ipiranga e para centros de memória privados. Em 2017, ganhou o Prêmio 50 Melhores Planos de Aula do Curso de Formação de Professores da UNICAMP, com o plano *Guerra Fria: estratégias culturais norte-americanas*. Atualmente, é professora para alunos do Ensino Fundamental II e Médio e copidesque/ revisora de livros didáticos.

Robson Belchior Oliveira Chaves

Possui doutorado em Ciências Sociais pela PUC-SP (2012), mestrado em Ciências da Religião pela PUC-SP (2003), graduação em História pela Universidade Braz Cubas (1999), Complementação Pedagógica Direção e Supervisão de Ensino. Universidade Bandeirantes São Paulo (2006) e Curso de Extensão Cultural EDUCAÇÃO AFRICANIDADES BRASIL curso a distância, na Universidade de Brasília. (2006). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Colônia, História da África, história das religiões de Matriz Africana. Atuando principalmente nos seguintes temas: educação, história da África e Ensino Étnico-racial.

Silvia Helena de Araújo Bueno

Responsável pelas questões comentadas de História do Brasil e seus respectivos conteúdos.

Professora Mestre em História Cultural pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Atua na área docente, possuindo especialização em cursos preparatórios para vestibulares.



Apresentação

A *Coleção Minimanuais – ENEM, Vestibulares e Concursos* constitui um instrumento valioso para estudo, pesquisa e consulta das mais variadas áreas do conhecimento humano.

Com linguagem acessível, este livro da coleção contempla teoria simplificada e questões resolvidas. A teoria está de acordo com o conteúdo programático exigido em editais do Enem, vestibulares e concursos públicos.

A apresentação da resolução da questão visa à sistematização didática dos conhecimentos adquiridos. Nela, o alunado acompanhará as etapas de resolução como se estivesse assistindo a uma aula.

Neste livro você verá com que frequência os tópicos da disciplina foram abordados pelas principais bancas organizadoras nos últimos exames. Tomaram-se por base as questões presentes neste livro. É, portanto, uma ferramenta importante para que o aluno conheça o perfil da banca para a qual prestará o seu próximo exame.

Os Coordenadores.

Sumário

Parte A HISTÓRIA GERAL

Capítulo 1 – Antiguidade clássica	15
1. Grécia.....	15
2. Roma.....	18
Hora de praticar!.....	22
Capítulo 2 – Período medieval.....	26
Hora de praticar!.....	28
Capítulo 3 – Estado moderno	33
1. A formação do Estado moderno.....	33
2. Renascimento cultural e científico	34
3. Reformas religiosas	36
Hora de praticar!.....	38
Capítulo 4 – As revoluções inglesas.....	44
Hora de praticar!.....	46
Capítulo 5 – Iluminismo e despotismo esclarecido.....	48
Hora de praticar!.....	50
Capítulo 6 – Revolução Industrial.....	57
1. As revoluções industriais.....	57
2. Novas formas de trabalho.....	58
Hora de praticar!.....	59
Capítulo 7 – A independência dos EUA e sua expansão territorial no século XIX.....	65
1. Revolução americana: a primeira independência do continente.....	65
2. A expansão territorial dos EUA no século XIX.....	67
Hora de praticar!.....	69
Capítulo 8 – A Revolução Francesa, o período napoleônico e a Restauração	73
1. A Revolução Francesa (1789-1799).....	73

2. A Era Napoleônica (1799-1815).....	77
3. A Restauração	78
Hora de praticar!	79
Capítulo 9 – O liberalismo e seus críticos do século XIX...86	
1. O liberalismo econômico.....	86
2. Os críticos do liberalismo.....	87
Hora de praticar!	89
Capítulo 10 – Imperialismo 91	
1. Imperialismo na África e na Ásia	91
2. Imperialismo norte-americano	92
Hora de praticar!	93
Capítulo 11 – O mundo à época das guerras mundiais...96	
1. Primeira Guerra Mundial	96
2. Revolução Russa	98
3. Período entreguerras	100
4. Segunda Guerra Mundial.....	103
Hora de praticar!	105
Capítulo 12 – O mundo no contexto da Guerra Fria.....111	
1. Um mundo dividido	111
2. Socialismo na China e em Cuba	112
3. Descolonização da Ásia e da África	114
4. Desagregação da União Soviética	116
Hora de praticar!	117

Parte B HISTÓRIA DO BRASIL

Capítulo 1 – Expansão marítima portuguesa124	
1. Principais características.....	124
Hora de praticar!	125
Capítulo 2 – Estrutura do sistema colonial na América portuguesa.....127	
1. Estrutura socioeconômica	127
Hora de praticar!	128



Capítulo 3 – As reformas pombalinas (1750-1777)	135
1. Principais fatores das reformas	135
Hora de praticar!	136
Capítulo 4 – Crise do sistema colonial	137
1. Insatisfações na colônia e movimentos emancipatórios	137
Hora de praticar!	138
Capítulo 5 – A Família real portuguesa no Brasil	140
1. Transferência da Corte e suas consequências	140
Hora de praticar!	141
Capítulo 6 – A Independência brasileira	143
1. O processo de independência e sua consolidação	143
Hora de praticar!	144
Capítulo 7 – Primeiro Reinado (1822-1831)	146
1. Principais problemas	146
Hora de praticar!	147
Capítulo 8 – Período Regencial (1831-1840)	149
1. Principais características	149
2. Revoltas regenciais	149
Hora de praticar!	150
Capítulo 9 – Segundo Reinado (1840-1889)	152
1. Aspectos políticos e econômicos	152
Hora de praticar!	153
2. O fim do escravismo e a imigração europeia	156
Hora de praticar!	158
Capítulo 10 – Proclamação da República	161
1. Questões militares e sociais	161
Hora de praticar!	161
Capítulo 11 – Primeira República (1889-1930)	163
1. Aspectos políticos e econômicos	163
Hora de praticar!	164
2. Conflitos sociais na Primeira República	165
Hora de praticar!	168





Capítulo 12 – A Era Vargas	172
1. Principais características.....	172
Hora de praticar!	173
Capítulo 13 – Anos 1950 no Brasil	176
1. O governo de Juscelino Kubitschek	176
Hora de praticar!	177
Capítulo 14 – Ditadura civil-militar brasileira	178
1. Política.....	178
2. Economia	179
3. Repressão.....	180
4. A redemocratização	180
Hora de praticar!	181
Capítulo 15 – Nova República.....	187
1. A transição política.....	187
2. A Nova República	188
Hora de praticar!	191
Capítulo 16 – Globalização no século XXI.....	192
Hora de praticar!	195
Capítulo 17 – Pandemia de COVID-19	200
Hora de praticar!	201
Capítulo 18 – Conflitos no século XXI e o terrorismo	203
Hora de praticar!	206



Parte A

HISTÓRIA GERAL

1

Antiguidade clássica

1. Grécia

Durante o período Arcaico (séc. VIII a.C.-séc. VI a.C.), na região da Grécia, surgiram centenas de comunidades autônomas e independentes, que vieram a ser conhecidas como pólis ou cidades-estados. Entre elas, as mais importantes foram Esparta e Atenas.

1.1 Esparta

Localizada na península do Peloponeso, na planície da Lacônia, foi fundada pelos dórios no séc. IX a.C., tendo posteriormente incorporado a seu território a região da Messênia, a oeste, com o desenvolvimento do caráter guerreiro de seu povo. Por estar no interior do continente, baseou sua economia na agricultura.

A estrutura social era dividida em três grandes grupos: os **espartanos** ou **espartíatas** – descendentes dos invasores dórios, eram os únicos considerados cidadãos, grandes proprietários de terras e líderes militares. Dedicavam-se à vida militar desde os 7 anos, quando eram enviados a centros de treinamento dirigidos pelo Estado. Os **periecos**, descendentes dos povos nativos que se submeteram pacificamente ao domínio dório, eram livres e se dedicavam ao comércio ou às atividades agrícolas em suas pequenas propriedades. Não tinham direitos políticos e ainda tinham de pagar tributos e participar do serviço militar (na parte baixa da hierarquia). Os **hilotas**, provavelmente descendentes dos povos conquistados, eram servos pertencentes ao Estado, cedidos aos espartanos para cuidarem de suas terras. Contudo, não podem ser considerados escravos, pois não podiam ser vendidos nem afastados das terras de origem.

Politicamente, Esparta vivia uma estrutura **oligárquica**, comandada por **dois reis** (que tinham funções religiosas e comandavam o exército), e **cinco éforos**, que exerciam as funções executivas e de fiscalização da ação dos reis. As leis eram formuladas na **Gerúsia**, composta por 28 cidadãos maiores de 60 anos, que já haviam encerrado sua vida militar. Elas eram postas em votação na **Ápela**, assembleia composta por todos os cidadãos maiores de 30 anos, que também escolhiam os gerontes e elegiam anualmente os éforos.

1.2 Atenas

Localizada na península da Ática, próxima ao porto do Pireu e voltada para o mar Egeu, desenvolveu uma vocação comercial, principalmente após o estabelecimento de colônias na Magna Grécia (sul da Itália) e na Ásia Menor.

No período arcaico, a estrutura política era monárquica, sob o governo de um basileu (rei), até ser substituída por uma **oligarquia** composta por um **arcontado** (9 arcontes que tinham poder militar, religioso e judiciário) e um **areópago**, conselho que regulava a ação dos arcontes. Quem ocupava esses cargos eram os **eupátridas**, nobres aristocratas proprietários das melhores porções de terra. Outros membros da sociedade não tinham direitos políticos, como os **georgóis** (donos de terras mais distantes) e os **thetas** (marginalizados). E, na base da estrutura social, havia os **escravos**, que tinham essa condição por serem prisioneiros de guerra, por nascimento ou para pagamento de dívidas.

Com a ascensão da atividade comercial, a classe dos **demiurgos** (comerciantes) começou a adquirir poder econômico e a reivindicar poder político. Nesse sentido, alguns legisladores realizaram reformas a fim de amenizar esses conflitos sociais. Em 594 a.C., Sólon aboliu a escravidão por dívidas, proibindo, assim, que atenienses fossem escravizados, e estabeleceu a participação política conforme a renda, abrindo espaço para a atuação dos demiurgos.

HORA DE PRATICAR!

1. (UECE 2021) Os gregos produziram uma civilização notável e muitas conquistas dessa civilização ajudaram a formar a sociedade do Ocidente Cristão, da qual somos herdeiros. Relacione corretamente os períodos da história grega com as respectivas características, numerando a Coluna II de acordo com a Coluna I.

Coluna I

1. Período pré-helênico
2. Período homérico
3. Período arcaico
4. Período clássico

Coluna II

- () formação da pólis
- () estabelecimento da democracia
- () regime gentilício
- () governo de reis

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- a) 4, 2, 1, 3.
- b) 1, 3, 2, 4.
- c) 4, 1, 3, 2.
- d) 3, 4, 2, 1.

JUSTIFICATIVA: A sequência correta (3, 4, 2, 1) reflete a evolução da civilização grega desde suas origens monárquicas (pré-helênico), passando pelo sistema gentilício (homérico), a criação das cidades-Estado (arcaico) e, finalmente, o florescimento da democracia (clássico).

GABARITO OFICIAL: D

2. (UECE 2021) Tendo surgido durante a existência do Império Romano, a religião cristã sobreviveu ao colapso do império e se manteve cada vez mais forte durante todo o período medieval. Considerando a crescente influência do cristianismo e da Igreja Católica na época medieval, assinale a afirmação **FALSA**.
- a) A Igreja Católica formulou uma série de regras a serem aplicadas às atividades econômicas.
 - b) Politicamente, a Igreja Católica era subordinada ao poder dos Reis.

- c) A Reforma Gregoriana, feita pelo Papa Gregório VII, aumentou a supremacia dos papas.
- d) A jurisdição da Igreja também se estendeu a vários assuntos da comunidade como, por exemplo, à questão da família.

JUSTIFICATIVA: Diferente do que afirma a alternativa B, a Igreja Católica não era subordinada ao poder dos reis; pelo contrário, muitas vezes, os monarcas estavam subordinados à autoridade religiosa do Papa.

GABARITO OFICIAL: B

3. (UFPR 2021) Leia o seguinte excerto:

Para nós, o ostracismo existe no sentido figurado, mas para os atenienses era uma medida concreta que marcava a vida do ostracizado. As escavações arqueológicas permitiram que se descobrissem cacos com diversos nomes [de ostracizados].

(FUNARI, Pedro Paulo. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 34.)

Considerando os conhecimentos sobre Grécia Antiga, a principal função pensada para a implantação do ostracismo na sociedade de Atenas entre os séculos VI e V a.C. foi a de impedir que:

- a) micênicos tivessem poder político e ameaçassem a aristocracia.
- b) estrangeiros mobilizassem poder político e ameaçassem a oligarquia.
- c) cidadãos concentrassem poder político e ameaçassem a democracia.
- d) espartanos arregimentassem o poder político e ameaçassem a república.
- e) cretenses conseguissem poder político e ameaçassem a tirania.

JUSTIFICATIVA: O ostracismo foi uma ferramenta essencial para preservar o equilíbrio político e evitar que figuras carismáticas ou autoritárias destruíssem o regime democrático ateniense. Por isso, a alternativa C está correta.

GABARITO OFICIAL: C

4. (URCA 2021) São características fulcrais das sociedades da antiguidade a significativa presença de escravos, a restrição ao acesso a cidadania, e a exclusão das mulheres na participação direta da atividade política.

Considerando essa afirmação:

- a) As sociedades modernas constituíram caminhos de acesso a cidadania para todos os grupos sociais.
- b) A Grécia desenvolveu caminhos democráticos para a política dos grupos denominados cidadãos gregos.

3

Estado moderno

1. A formação do Estado moderno

As estruturas político-econômicas do sistema feudal (moedas, tributos, pesos, medidas, leis diferentes a cada feudo) atrapalhavam o desenvolvimento da principal atividade dos burgueses, o comércio. Por isso, era conveniente para a burguesia que houvesse um poder forte e centralizado que suplantasse o poder local dos nobres. Ao mesmo tempo, era de interesse dos reis se fortalece-rem politicamente, submetendo a nobreza e limitando a atuação da igreja.

Desde o final do século XI, essa confluência de interesses entre reis e burguesia levou à formação das monarquias nacionais. A partir de então, foram criadas moeda, impostos, um corpo militar e uma administração jurídica de abrangência nacional.

Mais tarde, entre os séculos XV e XVIII, essa nova configuração política deu origem ao período conhecido como **Antigo Regime**, no qual vigorava o **absolutismo**, sistema de governo em que o poder de fazer as leis, executá-las, cobrar impostos, controlar o exército e fazer a justiça estava concentrado nas mãos do rei (e de seus ministros). Entre os teóricos defensores do absolutismo, estava **Thomas Hobbes** (1588-1679), que entendia que, sem um poder centralizado, os homens viviam em constante estado de guerra. Por isso, teriam decidido ceder parte de seus direitos a um soberano (Leviatã) que, em troca, oferecia-lhes segurança e justiça. Nesse sentido, para ele, era apenas com um Estado forte que os homens conseguiam a garantia da paz entre eles. Já o bispo **Jacques Bossuet** (1627-1704) entendia que o poder real era emanado de Deus; os reis tinham o direito divino à soberania, pois eram representantes de Deus na Terra. Por isso, rebelar-se contra o

rei era rebelar-se contra Deus. Na França, essa forma de governo atingiu o auge com Luís XIV (1643-1715), que chegou a afirmar, em 1660: “O Estado sou eu”.

O Estado moderno absolutista dependia dos impostos e recursos gerados pelas atividades comerciais e manufatureiras desenvolvidas com o capitalismo comercial. E, assim, estabeleceu uma prática de intervenção na economia para estimular a produção e circulação de mercadorias: o **mercantilismo**. Cada país exerceu essa prática a seu modo: uns se concentraram na exploração colonial para obter metais preciosos; outros, na atividade marítima e comercial. Havia ainda aqueles que incentivaram a produção manufatureira.

O principal conjunto de medidas mercantilistas era: **metalismo** (acúmulo de metais preciosos, especialmente do ouro e prata das colônias), **protecionismo** (taxas alfandegárias para os produtos importados, estimulando a venda dos produtos nacionais), **pacto colonial** (exclusividade na relação comercial com as colônias, que seriam suas fornecedoras de matéria-prima e consumidoras dos manufaturados). Todas essas ações visavam à **balança comercial favorável**, na qual o valor das exportações era maior que o das importações.

2. Renascimento cultural e científico

Com as mudanças econômicas e sociais da transição do feudalismo para o capitalismo comercial, vieram também mudanças culturais.

Nesse contexto, entre os séculos XIV e XVI, ocorreu o **Renascimento**, movimento de resgate da cultura laica e urbano-comercial da Antiguidade Clássica em oposição aos valores teocêntricos e dogmáticos da Igreja Católica durante a Idade Média. O desprezo pelas práticas mantidas até então fez com que os renascentistas denominassem o período que ficava entre o que eles viviam (modernidade) e a antiguidade (que pretendiam resgatar) de “Idade das Trevas”.

reativou o **Tribunal do Santo Ofício** ou **Inquisição**, por meio do qual os hereges eram julgados e condenados, e criou o Index, lista de livros proibidos, como obras protestantes, científicas e culturais.

HORA DE PRATICAR!

12. (ENEM 2022) O processo formativo do Estado desenrolou-se segundo a dinâmica de dois movimentos contraditórios e simultâneos: fragmentação e centralização. De um lado, fragmentação na medida em que os príncipes europeus tiveram de lutar contra o poder universalista do papa; e centralizador na medida em que os príncipes tiveram que lutar contra o poder político e militar de outros chefes políticos rivais. Desse processo resultaram as características fundamentais do Estado moderno: exército e burocracia civil permanentes, padronização tributária, direito codificado e mercado unificado.

GONÇALVES, W. Relações internacionais. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 (adaptado).

A institucionalização política mencionada teve como uma de suas causas o êxito de alguns príncipes em

- monopolizar o uso legítimo da força.
- reforçar a hegemonia social do clero.
- restringir a influência cultural da nobreza.
- respeitar a diversidade das vivências locais.
- conter a autoridade das lideranças carismáticas.

JUSTIFICATIVA: O êxito de alguns príncipes em monopolizar o uso legítimo da força foi um dos fatores-chave para a centralização política e o fortalecimento do Estado moderno, resultando em características como a criação de exércitos permanentes, a padronização tributária e o fortalecimento de uma burocracia estatal.

GABARITO OFICIAL: A

13. (URCA 2021) A segunda metade do século XVIII convulsionou a Europa em movimentos de contestação e crise do Antigo Regime. “A França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo. A França deu o primeiro grande exemplo, o conceito e o vocabulário do nacionalismo. A França forneceu os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países. A ideologia do mundo moderno atingiu as antigas civilizações que tinham até então resistido as ideias

6

Revolução Industrial

1. As revoluções industriais

O capitalismo, desde seu surgimento ao final do período medieval, no século XIV, estava estreitamente ligado ao comércio, à circulação e trocas de mercadorias, e se intensificou com as Grandes Navegações e o estabelecimento de colônias. A partir da segunda metade do século XVIII, o dinheiro acumulado com o mercantilismo passou a ser utilizado para o setor de produção, com vistas a aumentar a quantidade de produtos e, conseqüentemente, as vendas.

O primeiro país a reunir as condições para iniciar esse processo foi a Inglaterra e o setor pioneiro foi o têxtil. Muitos fatores contribuíram para isso: primeiramente, a Inglaterra foi o país que mais acumulou capitais durante o capitalismo comercial, tornando-se a maior potência econômica da época; a manufatura de lã já estava bem desenvolvida desde o século anterior com a ampliação dos cercamentos (conjuntos de terras destinados ao rebanho de ovelhas); como essas terras não podiam mais ser utilizadas pelos camponeses, muitos foram para as cidades e engrossavam a mão de obra disponível; a preponderância do Parlamento desde a Revolução Gloriosa, composto de liberais e burgueses, também foi importante para a aprovação de leis que defendiam seus interesses. Além disso, o país tinha importantes vias fluviais de comunicação e abundantes minas de ferro e de carvão, fundamentais para transporte, maquinário e produção de energia, respectivamente.

As buscas por aumentar a produção se deram, portanto, com a mecanização do setor têxtil. As primeiras invenções mecânicas foram a máquina de fiar, em 1767, o tear hidráulico, no ano seguinte, aprimorado em 1779, e o tear mecânico, em 1785. Todos esses inventos ganharam propulsão com a máquina a vapor, inventada por

Thomas Newcomen (1712) e aperfeiçoada por James Watt (1765). A descoberta do vapor como força motriz estimulou também o setor dos transportes, com a criação do barco a vapor, em 1805, e a locomotiva a vapor, em 1814. Esse período ficou conhecido como **Primeira Revolução Industrial**.

A partir de 1860, até o início do século XX, novos avanços tecnológicos modificaram consideravelmente a dinâmica de produção. A descoberta da eletricidade como fonte de energia, a invenção de Henry Bessemer para transformar ferro em aço como matéria-prima do maquinário, a ampliação dos meios de transporte (automóvel, avião) e dos meios de comunicação (telégrafo e telefone) e o uso do petróleo como combustível impulsionaram o setor e, por esse motivo, esse período ficou conhecido como **Segunda Revolução Industrial**. Houve também mais uma alteração na disposição dos operários, conhecida como **fordismo** (por ter sido implementada primeiro por essa fábrica): a implantação da linha de montagem em esteiras rolantes, modelo que especializava ainda mais o trabalho, barateava os custos e aumentava a produção. Outras técnicas de controle dos movimentos das máquinas e dos trabalhadores para otimização do trabalho também faziam parte da teoria de administração científica do engenheiro Frederick Winslow Taylor, conhecida como **taylorismo**.

2. Novas formas de trabalho

Com maquinário caro e grande, a produção passou a se concentrar em fábricas; apenas quem tinha muito dinheiro detinha esses meios para a produção (local e ferramentas), destituindo os artesãos das condições que possuíam antes da Revolução Industrial. Quem trabalhava nesses locais eram operários, trabalhadores que apenas possuíam sua força de trabalho. Desprovidos de outros meios de sustento, sujeitavam-se a exaustivas horas de trabalho, com jornadas de 14 a 18 horas diárias. Não havia nenhuma indenização para eventuais acidentes de trabalho com a operação das máquinas, nem pagamento por dias de descanso. Como a

8

A Revolução Francesa, o período napoleônico e a Restauração

1. A Revolução Francesa (1789-1799)

No século XVIII, a burguesia francesa já tinha crescido economicamente com o progresso comercial e industrial, e alguns burgueses haviam conseguido se inserir na política comprando títulos e cargos (nobreza togada). No entanto, havia ainda obstáculos que atrapalhavam seu pleno desenvolvimento. A sociedade era dividida em três camadas: clero (Primeiro Estado) e nobreza (Segundo Estado) usufruíam de importantes privilégios feudais como isenção de impostos, que recaíam apenas sobre o Terceiro Estado, grupo bem heterogêneo composto pela burguesia (industriais, banqueiros, pequenos comerciantes) e pelos segmentos populares (artesãos, operários, camponeses). Além disso, a política mercantilista de intervenção estatal limitava a ação dos burgueses, que queriam ter mais liberdade na condução dos negócios. A essa altura, os ideais iluministas já haviam se espalhado e duras críticas ao Antigo Regime começaram a se difundir.

Quando Luís XVI subiu ao trono, em 1774, a França estava passando por uma crise econômica, fruto das guerras que travava com outros países (Guerra dos Sete Anos e, depois, a independência dos EUA). Na década de 1780, a crise se agravou por conta da seca, que destruiu as plantações, elevando os preços dos alimentos. A concorrência com os produtos ingleses também levou alguns industriais à falência, o que exaltou ainda mais seus ânimos. Nesse contexto, os gastos com a corte aumentavam as dívidas e passaram a ser mais duramente criticados. Em maio de 1789, Luís XVI resolveu convocar os Estados Gerais, fato que não ocorria desde 1640, uma vez que o rei absolutista não tinha obrigação de realizar essa consulta. Contudo, pressionado pela crise, se viu obrigado a

contra a Áustria, a Prússia e o Sacro Império Romano-Germânico, e conquistando alguns territórios.

Em 1799, esses países, juntamente com Inglaterra, Holanda e Espanha, formaram uma segunda coligação contra a França revolucionária. Necessitando garantir a vitória e a manutenção da República burguesa, Napoleão liderou um golpe contra o Diretório (**Golpe de 18 de Brumário**) e assumiu o governo como um dos três cônsules, ao lado do abade Emmanuel Sieyès e de Pierre-Roger Ducos.

2. A Era Napoleônica (1799-1815)

O **Consulado** (1799-1804) teve como prioridade enfrentar as ameaças externas e estabilizar a economia francesa. Em 1799, Napoleão venceu a segunda coligação e, em 1802, assinou trégua com a Inglaterra, que ainda o combatia. Em 1800, criou o Banco da França e uma nova moeda, o franco. Em 1802, foi elaborada uma nova constituição, que lhe dava maiores poderes como primeiro cônsul, ficando os outros dois como meros conselheiros. Em 1804, foi promulgado o **Código Civil Napoleônico**, que assegurava as conquistas da burguesia, como a igualdade perante a lei e o direito de propriedade; por outro lado, afastava os populares das conquistas, pois proibia a formação de sindicatos e a organização de greves, e mantinha a escravidão nas colônias.

Em dezembro daquele ano, após todo o processo de centralização de poder nas mãos de Napoleão, foi realizado um plebiscito no qual a população aprovava que ele recebesse o título de Imperador. Teve início, assim, o **Império Napoleônico** (1804-1815).

A influência de Napoleão no continente europeu foi ficando cada vez mais crescente, tendo anexado territórios e designado membros de sua família para governar outros Estados, como a Espanha (que teve como rei seu irmão José Bonaparte). Por onde passava, retirava as velhas ordens aristocráticas e estabelecia governos com princípios burgueses. Contudo, ainda restava neutralizar a influência inglesa no continente europeu; como a marinha britânica se mostrava imbatível, o imperador decidiu atacá-los pela via eco-

dos ideais da Revolução Francesa. Esse movimento, contudo, logo se desagregou, pois à Inglaterra interessava a independência das colônias para a expansão de mercados consumidores. Ademais, na própria Europa, movimentos nacionalistas e liberais a partir de 1830 foram ganhando mais força, até reconfigurarem o continente ao longo do século XIX.

HORA DE PRATICAR!

41. (CEDERJ 2021) Trecho de “A Marselhesa (Hino Nacional Francês traduzido)”:

“Avante, filhos da pátria
O dia da glória chegou
Contra nós, da tirania
O estandarte ensanguentado é levantado
O estandarte ensanguentado é levantado!
Ouvís nos campos
Rugirem estes ferozes soldados?
Vêm eles até aos vossos braços
Degolar vossos filhos, vossas mulheres!
Às armas, cidadãos!
Formai vossos batalhões!
Marchem, marchem!
Que um sangue impuro
Ague o nosso arado!”

LISLE, Claude. A Marselhesa (Hino Nacional Francês) – 1792. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/hinos-de-paises/1186858/traducao.html>

A Marselhesa foi um canto de guerra composto em 1792, durante as Guerras das Coligações, no contexto da Revolução Francesa. A canção acabou sendo convertida em Hino Nacional pelos franceses. Nela, estão presentes valores que inspiraram os revolucionários franceses no final do Séc. XVIII, que se expressam no desejo de

- participação política e enfrentamento do absolutismo monárquico.
- desenvolvimento econômico e aliança com a Igreja Católica.
- afirmação étnica e combate aos valores burgueses.
- manutenção escravista e valorização da cultura local.

11

O mundo à época das guerras mundiais

1. Primeira Guerra Mundial

Desde o fim da guerra franco-prussiana, em 1871, até 1914, a Europa viveu um período de tensão e apreensão conhecido como **Paz Armada**. A França, que havia perdido as províncias da Alsácia e Lorena (região rica em minérios de ferro e carvão) para a Alemanha, ansiava por um revanchismo. A Alemanha, por sua vez, estava se tornando uma grande potência industrial; porém, como se unificou apenas em 1871, entrou tardiamente na disputa por territórios na África e ficou descontente por ter conseguido somente pequenas colônias. As maiores e mais ricas pertenciam à Inglaterra e à França, que também se viam ameaçadas com o crescimento econômico e industrial alemão. De outro lado, o Império Austro-Húngaro e o Império Turco-Otomano sofriam com os movimentos nacionalistas em seu território; já a Rússia, pretendendo diminuir o poderio desses impérios, se dizia protetora dos eslavos e estimulava as revoltas separatistas. Por todos esses motivos, as grandes potências estabeleceram um forte desenvolvimento da indústria bélica, a fim de se precaver de possíveis disputas.

Diante desse quadro, os países começaram a se alinhar segundo seus interesses, objetivando manter um equilíbrio de forças no continente. Em 1879, a Alemanha assinou um pacto com o Império Austro-Húngaro que, em 1882, foi adotado também pela Itália, formando a **Tríplice Aliança**. Esse acordo previa que, se um dos aliados fosse atacado, os outros prestariam apoio. De igual modo, procurando se defender do expansionismo alemão, uma sucessão de acordos culminou, em 1907, na **Tríplice Entente**, entre Inglaterra, França e Rússia.

Parte B

HISTÓRIA DO BRASIL

1

Expansão marítima portuguesa

1. Principais características

Do século XII em diante, a Europa assistiu a uma grande expansão das atividades comerciais no continente. Essa expansão, ao ampliar a concorrência entre os grandes mercadores, gerou a necessidade de buscar novos mercados. Sabendo-se que a Índia possuía o comércio de especiarias de alto valor comercial na Europa, os mercadores europeus foram em busca de rotas que os levassem à Índia. No entanto, a dominação pelos turcos otomanos da única rota terrestre possível os levou a buscar alternativas pela via marítima, iniciando, com isso, a expansão marítima dos séculos XV e XVI.

Pioneirismo português e ibérico: diferentes causas levaram os portugueses e espanhóis a serem os primeiros a expandir seus domínios via Oceano Atlântico. Entre eles, a posição geográfica e a ascensão comercial dos países ibéricos nos séculos XIII e XIV. No caso de Portugal, podemos ainda apontar a centralização política precoce, as rivalidades políticas com Castela e a aproximação política entre o rei e os grupos mercantis então em ascensão.

Invasões estrangeiras: naturalmente, após as expansões terem levado os reinos ibéricos a descobrir a América, outros reinos manifestaram o interesse de dominar as terras do Novo Mundo. Os franceses, por exemplo, tentaram, ainda no século XVI, aliando-se às tribos tamoias e tupinambás, invadir o Rio de Janeiro e fundar a França Antártica. Após serem expulsos em 1567, fundaram mais ao nordeste da colônia a França equinocial, uma nova colônia onde foi erguido o forte de Saint Louis, em homenagem ao então rei Luís XIII. Hoje essa região é a famosa capital do Maranhão. A garantia da dominação das terras brasileiras foi tentada de diversas formas, porém a falta de recursos da Coroa para empreender a defesa custosa do território levou-a a adotar o sistema de Capitânicas Hereditárias,

5

A Família real portuguesa no Brasil

1. Transferência da Corte e suas consequências

Quando Napoleão Bonaparte iniciou sua expansão militar pelos países inimigos da Europa, pretendia realizar um cerco continental que bloqueasse o abastecimento do império britânico. No entanto, ainda existia um país que permanecia livre: Portugal. Imediatamente, as tropas napoleônicas marcharam, no final de 1807, em direção a Portugal. No entanto, o príncipe regente, com toda a Corte, resolveu fugir para sua colônia na América, deixando para trás toda a população portuguesa.

A abertura dos Portos: a abertura dos portos às nações amigas (1808) foi a primeira medida tomada por D. João quando chegou à colônia. A expressão “nações amigas” referia-se à Inglaterra, que, naquele momento, aumentava seu interesse pelo mercado colonial português. A crescente presença dos ingleses na vida política da colônia naquele momento ganhava corpo, já que a marinha britânica havia oferecido à corte proteção durante a viagem da Europa para a América. Com a abertura dos portos, a colônia rompia com o exclusivismo colonial, o que contrariou o interesse dos comerciantes reinóis presentes na colônia e animou os proprietários rurais.

Consequências gerais da chegada da Corte no Rio de Janeiro: a vinda da família real deslocou o eixo da administração portuguesa para a colônia, modificando com isso o quadro das relações internacionais travadas pela colônia e a paisagem urbana da cidade do Rio de Janeiro. Surgiram os primeiros jornais, houve maior circulação de ideias com a chegada de livros que possuíam circulação na Europa, bem como a criação de teatros, bibliotecas etc. Desse modo, a presença da Corte contribuiu para movimentar culturalmente a

6

A Independência brasileira

1. O processo de independência e sua consolidação

Em 1815, a guerra napoleônica havia terminado, o que gerou, no reino de Portugal, a expectativa de que o rei D. João VI retornasse. Em vez disso, porém, ele elevou a colônia ao *status* de Reino Unido a Portugal e Algarves, gerando sérias insatisfações populares em Portugal.

Revolução Liberal do Porto: a revolução liberal, que estourou em 1820 em Portugal, pretendia reduzir o Brasil novamente à condição de colônia, exigia o retorno do rei a Portugal e reforma à divisão administrativa do Reino, incluindo as colônias. A pressão da revolta liberal obrigou D. João a regressar a Portugal.

A dívida externa: com a independência do Brasil, era necessário indenizar Portugal para que se pudesse obter reconhecimento internacional de sua autonomia enquanto estado-nação. Essa indenização foi paga com o dinheiro de um empréstimo feito com a Inglaterra, que viu na situação mais uma oportunidade de estreitar os laços de dependência entre a antiga colônia e o seu poder imperial. Com esse empréstimo, surgia a primeira dívida externa contraída na história do Brasil.

Em 1821, D. João volta a Portugal e deixa seu filho, D. Pedro, como príncipe regente. No entanto, as medidas tomadas pelos revolucionários de Lisboa criaram muitas insatisfações no Brasil, acirrando os conflitos entre os nativos da colônia e os portugueses que aqui residiam.

HORA DE PRATICAR!

77. (FGV 2024)

Documento 1:

Um certo segmento do cinema brasileiro se instituiu como “lugar de memória”, onde diretores, roteiristas, atores e produtores, bem como o próprio público que prestigiou os filmes se esforçaram em retomar e monumentalizar certos acontecimentos ou problemáticas da história do Brasil.

(FERREIRA, Jorge; SOARES, Mariza. A História vai ao cinema. Rio de Janeiro: Record, 2012, p. 12).

Documento 2:

Observe o cartaz alusivo ao filme *Independência ou Morte*, dirigido por Carlos Coimbra, e lançado em 1972, em plena vigência da ditadura civil-militar.



(Extraído de: https://pt.wikipedia.org/wiki/Independ%C3%Aancia_ou_Morte_%28filme%29)

Um professor de História seleciona os dois documentos para a elaboração de um plano de aula sobre a independência do Brasil. Na justificativa, o professor argumenta que pretende tratar o filme como